



## Cidade e sensibilidades urbanas: Reflexões sobre informação, memória e patrimônio

Alisson André Jesus de Almeida<sup>1</sup>

Lizandra Caon Bittencourt<sup>2</sup>

Luis Fernando Herbert Massoni<sup>3</sup>

**Resumo:** Reflete sobre as memórias da cidade construídas na experiência com o lugar. Aborda a cidade e as sensibilidades urbanas que marcam sua história, destacando o papel da informação sobre a cidade na preservação de suas memórias. Metodologicamente, descreve duas experiências de investigação urbana em Porto Alegre desenvolvidas no semestre 2019/2, junto ao curso de graduação em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que foram calcadas na pesquisa por informações sobre a história dos lugares, colaborando para a preservação de suas memórias. As experiências distinguem-se uma da outra pelos tipos de patrimônio pesquisados, pelas memórias que abordam, bem como pelas fontes de informação consultadas. Conclui que, independente das diferenças e semelhanças nas formas de manifestação memorial, a pesquisa e o compartilhamento de informações sobre a cidade é importante para a preservação das suas memórias, pois fortalece e revigora o vínculo dos habitantes com o lugar.

**Palavras-chave:** Memórias da Cidade; Informação e Memória; Sensibilidades Urbanas; Patrimônio Cultural; Porto Alegre.

## City and urban sensibilities: Reflections on information, memory and heritage

**Abstract:** Reflects on the memories of the city constructed in the experience with the place. It addresses the city and the urban sensibilities that mark its history, highlighting the role of information about the city in the preservation of its memories. Methodologically, it describes two experiences of urban research in Porto Alegre developed in the semester 2019/2, with the undergraduate course in Museology at the Federal University of Rio Grande do Sul, which were grounded in the search for information about the history of places, collaborating to the preservation of their memories. The experiences differ from each other by the types of heritage researched, by the memories they approach, as well as by the sources of information consulted. It concludes that, regardless of the differences and similarities in the forms of memorial manifestation, the research and sharing of information about the city is important for the preservation of its memories, for it strengthens and reinvigorates the bond of the inhabitants with the place.

**Keywords:** City's Memories; Information and Memory; Urban Sensibilities; Cultural Heritage; Porto Alegre.

## Introdução

Moldada por nossas representações e práticas socioculturais, a cidade é um palco de experimentações, permanentemente aberta às transformações e aos olhares, que são fruto do convívio social. O urbano

1 Mestrando em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA), bacharel em História e estudante de Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Estudante de Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3 Doutor e mestre em Comunicação e Informação (PPGCOM). Bacharel em Biblioteconomia, estudante de Museologia e Professor Substituto do curso de Biblioteconomia (DCI/FABICO/UFRGS). Bolsista CAPES.

possui memórias construídas ao longo de sua história, materializadas em edificações e paisagens que, por vezes, fogem ao olhar ligeiro do transeunte apressado. Entretanto, é também o olhar humano o responsável por atribuir os significados que constituem novas manifestações de memórias: uma esquina, uma rua, uma calçada ou uma árvore, por exemplo, são artefatos urbanos que ganham novos contornos quando refletimos sobre eles e sobre nossas experiências com eles.

Olhar a paisagem com cuidado e afeto, recobrando-a de informações contextuais, é o caminho para a resignificação do urbano e o redescobrimto de laços por vezes esquecidos, tecendo as memórias da cidade. Essas camadas de informação, entretanto, demandam contemplação, observação, curiosidade e pesquisa. Neste sentido, é preciso questionar o urbano, sua história e nossas relações com ele, de modo a compreender suas memórias.

Tendo isto em vista, este texto relata duas experiências de investigação urbana desenvolvidas no semestre 2019/2, junto às disciplinas *Comunicação em Museus* e *Comunicação e Educação Ambiental*, do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No plano teórico, este relato está embasado em teorias sobre as memórias da cidade e as sensibilidades urbanas que decorrem de nossas experiências com ela, conformando os patrimônios culturais do lugar, bem como o papel desenvolvido pela informação na sua preservação e difusão.

Ambas as atividades tiveram em comum, a curiosidade sobre lugares da cidade de Porto Alegre, quais sejam, suas praças e o jardim do pátio da faculdade, sendo desenvolvidas através de pesquisa sobre a história desses lugares e a divulgação de informações sobre eles. Comparando as duas experiências, percebem-se diferenças significativas entre elas, no que tange aos patrimônios pesquisados (edificados, num caso; ambientais, no outro), às memórias abordadas (documentalmente registradas, em um; localmente compartilhada, no outro) e às fontes de informação utilizadas (escritas, no primeiro; orais, no segundo).

### **Patrimônios, memórias, sensibilidades urbanas e informação**

Para melhor compreensão de nossos objetos de estudo, apresentamos uma breve articulação teórica entre os conceitos de patrimônio, memória e sensibilidades urbanas, pensando no papel da informação para sua preservação e difusão. As concepções iniciais de patrimônio estavam relacionadas à posse e à herança, algo passado de pais para filhos, individual (FUNARI; PELEGRINI, 2009), tendo se ampliado com o tempo, para compreender também os patrimônios coletivos, por vezes amparados em um caráter simbólico. A partir disso, o patrimônio cultural passou a ser pensado por instituições públicas, servindo como uma estratégia de coesão social.

O patrimônio surge como os bens e lugares que simbolizam e identificam uma população, objetivando transformar cada indivíduo em cidadão do lugar, reconhecendo suas características (idioma, traços e formas de viver). Entretanto, é fundamental lembrar que “[...] o patrimônio pode ser integrado às culturas locais ou recusado por elas; tudo depende dos usos sociais a que vier a servir.” (ARANTES, 2009, p. 17). Essa observação é fundamental, pois enaltece a necessária modificação da nossa relação com o patrimônio e com o lugar, que só é tido como tal se estiver integrado à dinâmica da vida cotidiana.

Representar o passado e (re)situá-lo no presente é benéfico para a construção social da memória coletiva, possibilitando abrir dialeticamente o presente ao fluxo do tempo e são essas pluralidades interpretativas que emancipam o habitante da cidade (ECKERT, 2002), pois “[...] sabemos, hoje, quantas gerações no Brasil tiveram de herdar a crença de não serem sujeitos da história de sua cidade, de seu país, sendo obrigados a aderir à memória oficial, temendo seus próprios desejos de mudança” (ECKERT, 2002, p. 80). As experiências com a urbe são diversificadas e o tempo nos apresenta rupturas e descontinuidades, tornando necessário que não fiquemos submissos a uma memória inscrita sobre os referentes históricos da cidade: é fundamental pensar a cidade como construção incessante, dinamizada pelas lembranças e esquecimentos dos habitantes, que a entendem a partir de referenciais de identificação e estranhamento (ECKERT, 2002). Assim, o patrimônio cultural não deve ser compreendido como uma herança, pois não somos meros consumidores ou receptores de patrimônio cultural: nós o produzimos.

Para reconhecer e justificar o *status* de patrimônio, “[...] devemos estudar os processos de rememoração e as representações sociais que o constrói discursivamente” (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 243). Isso pressupõe pensar o patrimônio a partir do presente, desnaturalizando-o, como um resultado de seu tempo, moldado pela instabilidade da memória e de interesses políticos. Desse modo, os patrimônios fazem sentido enquanto tal se representarem as memórias locais, ou seja, se forem significados como tal pelos sujeitos que moram e transitam pelo lugar.

Chega-se, assim, a uma articulação necessária entre os conceitos de patrimônio e de memória, uma vez que os patrimônios estão sempre associados, de alguma forma, às memórias coletivas. De um ponto de vista estritamente neurológico, o processo interno de produção de memórias se dá em um nível individual. Nesse sentido, a memória, assim como os pensamentos de cada indivíduo são únicos e inacessíveis aos outros membros do grupo. Isso não significa, no entanto, que representações do objeto ou fenômeno externo ao qual a memória do indivíduo faz referência não se encontrem, também, nas memórias dos outros membros do grupo. Há, portanto, dois aspectos da memória, um individual e outro coletivo.

O mesmo evento, do qual duas pessoas participam, será lembrado com certas peculiaridades pessoais por cada uma delas, a depender de circunstâncias individuais do sujeito (seu estado psicológico, sua idade, sua específica posição espacial no lugar do evento, etc), no entanto, haverá elementos estruturantes da memória e que, mesmo quando lembrados de forma esquemática, servirão como centro agregador a partir do qual todas as memórias personalizadas poderão clamar pertencimento a uma memória comum (HALBWACHS, 1990). Neste sentido, memórias compartilhadas formam a base relacional de todos os coletivos humanos, desde grupos menores como um núcleo familiar, até macroestruturas, como o Estado-nação.

Entretanto, convém lembrar que a memória sempre é algo parcial, uma representação da realidade, sempre suscetível às intempéries do tempo, que se materializam em forma de esquecimentos. Além disso, os interesses e intencionalidades também moldam a memória, sendo que “[...] aquilo a que chamamos a memória coletiva é frequentemente o produto de um empilhamento de estratos memoriais muito diversos, podendo essas camadas sedimentares ser alteradas quando das perturbações de memória” (CANDAU, 2005, p. 91). Neste sentido, enquanto processo, as memórias coletivas estão em permanente construção e reconstrução, complexas por natureza, por serem fruto de um “empilhamento” de memórias individuais (empilhamento aqui entendido não como soma, mas síntese).

Quando se fala sobre memória coletiva e memória social, pode haver certa confusão entre os termos, que às vezes podem ser usados como sinônimos, enquanto em outros casos há significativa distinção entre ambos. Por exemplo, o paleontólogo Leroi-Gurhan aplicava o termo “memória coletiva” para todas as sociedades humanas, mas o historiador Jacques Le Goff o usava exclusivamente em relação às sociedades ágrafas, reservando o termo “memória social” para as sociedades que já tivessem desenvolvido uma forma de escrita (GONDAR, 2008).

De qualquer forma, uma referência incontornável ao se pensar na relação entre patrimônio e lugares de memória é certamente Pierre Nora, que, ainda na década de 1980, já havia concebido a ideia dos “lugares de memória” como locais específicos onde a memória coletiva pode ser “materializada”, ou seja, trata-se de um lugar, geralmente público, que oferece uma ancoragem material para a sedimentação das memórias coletivas. Esse processo ocorre notadamente em relação aos arquivos, museus e bibliotecas, mas em sentido amplo, qualquer lugar pode se tornar um lugar de memória, desde que as narrativas socialmente construídas sobre o passado venham a convergir com relativa univocidade sobre as memórias coletivas que esses lugares evocam, sem desconsiderar que costuma haver tensões e disputas sobre a legitimidade das diversas memórias que se associam a um determinado evento ou lugar.

Sendo assim, a transformação de um lugar comum em lugar de memória só pode ser feita através de uma associação simbólica operada pelo sujeito: “Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.” (NORA, 1993, p. 21). Dessa forma, é possível perceber que, mesmo aqueles patrimônios já tradicionalmente consagrados pela memória coletiva, precisam ser sempre e novamente reapropriados pelos novos sujeitos que entram em cena a cada geração histórica. Isso quer dizer que a consciência e a sensibilidade pessoal são, em última instância e apesar de toda pressão social que sobre elas se exercem, as (re)validadoras dos patrimônios legados e das memórias a eles associadas, mantendo viva a “aura simbólica” do lugar de memória, ou mesmo se recusando a doravante reconhecê-lo.

A cidade configura-se como um somatório de espaços compartilhados, lugares em que os sujeitos têm uma relação singular através de suas memórias e das memórias dos outros, uma polissemia de sentidos tecida no cotidiano (CERTEAU, 1990). É, por meio da construção de narrativas próprias, perpassando lapsos de visibilidade de outros sujeitos, que a memória da cidade vai coexistindo com memórias distintas, sendo, por natureza, um espaço de disputas de representatividade (CERTEAU, 1990; GONDAR, 2008). Na visão de Bachelard (1993), é possível pensar nas relações que transcendem a materialidade do espaço físico, através da simbologia que construímos para locais que nos são caros. Assim, as histórias orais que são relatadas têm o resplendor de uma memória afetiva.

Os seres citadinos usufruem sensivelmente de suas experiências na cidade, reconhecendo-se em suportes físicos duráveis, como edificações, monumentos e áreas públicas arborizadas. De acordo com Pesavento (2007), esta experiência sensível da urbe se faz por meio de subjetividades de outras temporalidades no agora.

As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo (PESAVENTO, 2005, *online*).

A sensibilidade à qual se refere a autora possui um duplo viés: é construída e reforçada pelos discursos e pelas práticas cotidianas. A cidade já foi observada como um fenômeno a parte dos sujeitos que nela habitam, ou seja, sua análise era feita sob a ótica econômica e social. Atualmente, esta análise sofreu mudanças que se fizeram através de reflexões sobre a importância de a cidade ser um espaço identitário de práticas sociais compartilhadas (PESAVENTO, 2007). Assim, a cidade é pensada como lugar de compartilhamento de memórias, moldada pelas vontades, sonhos e utopias dos sujeitos que por ela transitam, tornando fundamental valorá-la a partir das apropriações que os sujeitos fazem dela.

Estudar as sensibilidades significa observar sensações, emoções, subjetividades, valores, sentimentos e outros fenômenos que extrapolam os limites da racionalidade. Entretanto, embora partam de sensações individuais, convertem-se em sensibilidades partilhadas, pois, segundo Pesavento (2005), elas são modos através dos quais nos percebemos — moldadas por representações da realidade, emoções e sentimentos. Somando-se a esta relação experiencial, Mesquita e Silva (2004) apresentam-nos a ideia de que, quando introduzimos objetos nestes espaços que serão os norteadores do estímulo à sensibilidade é importante pensar que estas sensibilidades devem partir para uma discussão, além da própria materialidade, ou seja, reflexões sobre as simbologias existentes, assim como suas representações para o próprio indivíduo e para a sociedade.

Entretanto, a memória da cidade, suas representações e sensibilidades só fazem sentido perante a população local quando há conhecimento sobre elas. Neste sentido, é preciso que os sujeitos sociais sejam informados sobre a história de seus patrimônios, cabendo à informação mediar os significados e fortalecer os elos que unem os sujeitos às memórias coletivas.

Aproximando-nos de uma concepção antropológica de informação, podemos compreendê-la como um fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura, artefato material e simbólico produtor de sentidos, social e coletivamente enredada (MARTELETO, 2002; 2007), construída pelas representações e ações dos sujeitos envolvidos em seu processo comunicativo. A cultura é moldada pela produção de sentidos e, nessa visão, suas dimensões simbólicas e instrumentais são percebidas quando a associamos aos modos de produção, circulação e uso da informação.

Assim, para além dos processos referentes ao fluxo informacional (produção, disseminação, uso, etc.), são especialmente pensados os usos sociais e particulares da informação, suas apropriações contextualizadas e os significados a ela atribuídos pelos diferentes sujeitos. Através desses usos sociais da informação, os sujeitos estabelecem laços entre si, conformando, também, as memórias socialmente compartilhadas. A relação entre informação e memória não é novidade, mas sua consolidação é recente. Como afirma Dodebei (2010), o século XX nos trouxe a visão do mundo como um espaço informacional e memorial, em que informação e memória configuram a face imaterial da economia, amparada no consumo de bens encontrados nas redes sociais ubíquas, sendo também a face material da valorização de bens culturais e da preservação de patrimônios.

Quer se articule ao plano da oralidade ou ao da escrita, a transmissão da informação sempre esteve atrelada às condições de memória da humanidade. Do exercício da memória individual – jogos de mnemotécnica, passando pelas memórias auxiliares coletivas – arquivos, bibliotecas e museus, encontramos no século XXI com o dilema de conviver com uma memória que é informação e com uma informação que já é memória. Os meios de produção, armazenamento e circulação de memórias/informações são números em sua essência e imagens em sua aparência (DODEBEI, 2010, p. 60).

A informação, assim, é um elemento fundamental nas construções mnemônicas, sejam tais memórias de ordem individual ou coletiva. A informação se faz presente nas diversas teorias sobre memória, pois é através da consulta aos documentos/informações que tomamos ciência das memórias socialmente partilhadas e da forma como elas enredam nossa sociedade, tornando possível estabelecermos (ou não) nossas relações com elas. Carregada de elementos simbólicos, a informação constitui narrativas que reforçam e, ao mesmo tempo, estão amparadas em memórias.

### **Experiências de investigação da cidade**

A partir da articulação teórica acima tecida, partimos para a descrição e análise das atividades que são objeto de nosso estudo, as quais se tratam de experiências de investigação sobre as memórias da cidade de Porto Alegre desenvolvidas no segundo semestre de 2019 por estudantes do curso de Museologia da UFRGS. Essas atividades basearam-se na busca por informações sobre a história dos lugares pesquisados, objetivando preservar suas memórias e, através da divulgação e do registro de informações sobre eles, reforçar os laços entre as pessoas e os lugares. Primeiramente, apresentamos uma atividade que versou sobre as memórias de algumas praças da cidade, sendo conduzidos pelos textos de famosos escritores locais; em um segundo momento, abordamos uma pesquisa sobre as memórias do jardim de uma faculdade e que tem na narrativa oral a sua principal fonte de informação. Por fim, fazemos um paralelo entre ambas, através de uma análise transversal dos dados.

### **As sensibilidades das praças: a narrativa dos escritores**

A primeira experiência consistiu em uma atividade desenvolvida pelos estudantes da disciplina *Comunicação em Museus*, que faz parte do quarto semestre da graduação em Museologia e foi ministrada pela Profa. Dra. Cassilda Golin Costa. Esta disciplina tem como objetivo desenvolver habilidades e técnicas de comunicação como ferramentas essenciais para as práticas da museologia. Neste sentido, a ideia foi realizar um projeto que, através de estratégias comunicativas, potencializasse a relação entre os habitantes da cidade e o patrimônio histórico-arquitetônico de algumas das principais praças da região central de Porto Alegre. Sendo assim, após um debate que envolveu toda a turma, foram escolhidos três locais: Praça Marechal Deodoro (popularmente conhecida como Praça da Matriz, sendo este o nome que decidimos utilizar), Praça da Alfândega e Praça XV de Novembro.

A partir disso, elaboramos um roteiro urbano que poderia ser feito a pé e que passava por essas três praças, resultando em um passeio por uma espécie de “museu a céu aberto”. Com o objetivo de fazer uma relação com as memórias da cidade, alinhamos a caminhada com os escritos de um famoso cronista da cidade de Porto Alegre, e que a carrega em seu nome: Aquiles Porto-Alegre, que em livros e jornais na virada do século XIX para o XX, usou de sua sensibilidade literária para narrar as histórias e as memórias da capital gaúcha a partir dos lugares do Centro Histórico da cidade. Os textos pesquisados foram escritos entre 1859 e 1926.

Para realizar o projeto, dividimos a turma em quatro grupos: um para cada praça do percurso e outro para produzir o material comunicativo da ação. Os três grupos responsáveis pelas praças tiveram como tarefa realizar uma pesquisa histórica sobre elas, incluindo a busca por fotografias históricas desses

logradouros, o que incluiu uma pesquisa na Fototeca Sioma Breitman, do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, onde vários registros fotográficos dessas praças foram encontrados. Com essas fotos, cada um dos três grupos elaborou um cartão-postal para sua respectiva praça. Além disso, cada grupo ficou também responsável por pesquisar nos escritos de Aquiles Porto-Alegre e de outros literatos da mesma época, elementos que dialogassem com as praças escolhidas.

Ao final, cada um desses grupos produziu um texto expondo os resultados das pesquisas relacionadas à sua praça. O grupo da comunicação, por sua vez, realizou um plano de comunicação para o projeto, incluindo a identidade visual, os materiais gráficos, a divulgação e a organização do evento final, que decidimos chamar de “Caminhada Literária”, ou seja, uma caminhada que percorrerá as principais praças do centro de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que as relacionava com memórias literárias sobre esses mesmos espaços.

O grupo da comunicação, responsável pela divulgação do evento, realizou a formatação das peças gráficas, além da criação e diagramação de um guia. Algumas das estratégias de comunicação que foram utilizadas pelo grupo incluíram a criação de um evento na rede social *Facebook*, que incluiu a elaboração de uma capa personalizada e um pequeno texto de apresentação sobre o propósito do evento. Também foi realizada a afixação de cinco cartazes em murais da Universidade, com as principais informações da caminhada e o endereço para o evento no *Facebook*. Para tornar a caminhada mais dinâmica e didática, foi produzido um folder informativo para os participantes. O folder continha um pequeno texto de apresentação do evento e um resumo dos textos sobre as praças, ilustrados com uma foto de cada uma delas, além de uma breve biografia de Aquiles Porto-Alegre e do roteiro das praças visitadas (Figura 1).

Uma vez terminada a fase de preparação do material do projeto, chegou a hora de realizá-lo. O evento foi marcado para às 14 horas do dia 11 de dezembro de 2019, com início do percurso na Praça da Matriz, seguindo pela Praça da Alfândega e finalizando na Praça XV de Novembro. Em cada uma dessas praças foi realizada uma breve apresentação oral, expondo um histórico da praça, sua toponímia, seus principais acontecimentos, o olhar de Aquiles Porto-Alegre sobre ela, além da contribuição de outros autores da época que dialogavam ou acrescentavam aos escritos de Aquiles.

**Figura 1.** Trajeto da Caminhada Cultural.



Fonte: CAMINHADA, 2019, p. 4.

Fora decidido que a caminhada deveria realizar algum tipo de intervenção durante o percurso, com a intenção de incluir nessa experiência as pessoas que passavam pelas praças. Consideramos que isso seria importante para dar visibilidade pública às ações da Universidade. Sendo assim, incluímos, como uma das atividades a ser realizada durante a passagem por cada praça, a entrega, para os transeuntes, de cartões-postais contendo fotos antigas daquelas praças.

Esse exercício possibilitou que tivéssemos a experiência de organizar um evento desde a fase de preparação das ideias, incluindo o debate coletivo das ações a serem realizadas até sua execução final no dia planejado. Além disso, tivemos uma clara ideia da importância de planejar e executar uma comunicação eficiente para o sucesso de um projeto museológico, principalmente quando desejamos aproximar o patrimônio histórico da população local que muitas vezes passa por esses logradouros sem ter plena consciência das memórias que eles guardam.

### **As sensibilidades do jardim: a narrativa de sua idealizadora**

A segunda experiência, objeto de nossa reflexão, foi um projeto desenvolvido para a disciplina Comunicação e Educação Ambiental, ministrada pela Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi no segundo semestre de 2019. Tal projeto visava a criar uma ação de comunicação a partir da memória do espaço institucional que é a área em que a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) está localizada. O espaço escolhido, tanto para ser objeto de memória como para abrigar seu produto final, foi o jardim que se localiza na parte centro-lateral das duas edificações que fazem parte da área ocupada pela FABICO, que foi carinhosamente chamado de “Jardim Fabicano”.

A motivação do grupo para desenvolver tal projeto foi fornecer à comunidade universitária informações sobre a origem e a história do jardim, identificando a flora que o compõe e relatando a experiência de algumas das relações peculiares que os sujeitos desenvolveram com o lugar, através do olhar sensível de um participante desta comunidade.

A FABICO é uma unidade de ensino vinculada à UFRGS, em Porto Alegre/RS. Atualmente, nela estão localizadas as salas de aula e laboratórios destinados aos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Jornalismo, Museologia, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, além dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCIN), Comunicação (PPGCOM) e Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA). Como se pode perceber, este é um espaço de intenso fluxo de estudantes, professores, técnicos e demais profissionais que são responsáveis pela manutenção de sua estrutura e execução de suas atividades. Mais do que isso, a FABICO é, também, um espaço de encontros, convivência, manifestação de afetos e construção de relações, que são tanto entre os sujeitos que a frequentam como entre estes e o próprio ambiente, pois uma relação harmoniosa com o lugar frequentado é fundamental para o bem-estar necessário ao afloramento do pensamento reflexivo e da criatividade inerentes ao fazer acadêmico.

Para a realização do projeto, foram elencadas algumas ações a serem realizadas pelos participantes do grupo. A primeira ação foi realizar uma pesquisa para ver se havia possibilidade de convidar um narrador que pudesse contar, em uma entrevista, sobre a época da criação do jardim e como esta ação ocorreu e perdurou até o presente momento. Iniciamos com a pesquisa da data em que o jardim foi criado e, através



deste dado, foi possível saber a quem pertencia a gestão da faculdade, naquele momento. A descoberta tornou a intenção de entrevista bem mais factível, isso porque a gestora era uma professora da Faculdade que, apesar de aposentada, ainda mantém laços com a instituição.

Então, a entrevista foi realizada no mês de novembro de 2019, com a professora Dra. Ana Maria Dalla Zen, idealizadora do jardim e gestora da faculdade entre 1992 e 1996. Na entrevista, a professora relatou que a frente da Faculdade era um terreno árido, sem cor e sem sombra, então, com o objetivo de construir um lugar acolhedor, foi realizada uma atividade de recepção dos alunos recém-admitidos no vestibular. Esses novos alunos teriam como atividade realizar o plantio de mudas de plantas doadas pela Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre.

Após o relato oral que a professora Dalla Zen carinhosamente concedeu, foi decidido que o produto final do projeto seria um *banner* (Figura 2) adesivado que seria colocado em um local de fácil visualização e que apresentaria a localização de algumas das árvores plantadas. Para tornar essa memória mais sensível, deixamos de lado os nomes científicos das árvores e, para nomeá-las, elencamos alguns nomes de pessoas da “comunidade fabicana”: dentre eles, havia aqueles que marcaram sua passagem pela comunidade de maneira intensa e significativa para o grupo, além das pessoas que foi possível saber que haviam realizado o plantio das árvores.

Figura 2. Banner do Jardim Fabicano.



Fonte: dos autores, 2019.

O *banner* permanece afixado na placa em frente à FABICO, informando sobre as espécies existentes no local e seus apelidos, que são os nomes de algumas das pessoas que ajudaram a plantar o jardim, mencionadas pela entrevistada. A partir dessa ação, houve um estreitamento da relação do grupo, como

parte integrante da comunidade fabicana, com o meio ambiente que os recebe todos os dias, levando-os à reflexão a respeito da importância da manutenção do meio ambiente como fonte de vida e de memória, construtor de relações afetivas.

### **Análise transversal**

Através de uma breve análise comparativa de ambos os casos, é possível notar como a experiência com a memória aparece modulada em cada um deles. Na atividade de pesquisa das memórias do jardim da faculdade, pudemos perceber que se tratava de uma memória preservada há muitos anos e que ainda não havia sido registrada, processo este que facilita a sua comunicação às novas gerações de transeuntes da Faculdade, sobrevivendo à memória orgânica da pessoa que a possuía.

Isso não quer dizer que, se essa memória não fosse materialmente registrada, ela se perderia com a morte da sua possuidora, uma vez que a transmissão oral realizada continuamente através das gerações foi a forma predominante de transmissão cultural ao longo de grande parte da história humana. Logo, registrar não significa “salvar do esquecimento”, o que fica evidente ao constatarmos a quantidade de registros esquecidos em instituições de memória, como bibliotecas e arquivos, quando não é feita a comunicação desses materiais. Nesse sentido, pode haver muito mais vivacidade de memória nos discursos efetivamente repetidos nas ruas do que nos registros escritos, quando estes não recebem também a injeção vivificante da língua falada, impulsionada pela história oral.

Portanto, mais do que salvar, registrar significa uma tentativa de estabilização de sentido. A língua falada tende a ser mais porosa e mutante do que a escrita. É por isso que algumas lendas podem ter alterações de seus elementos narrativos ao longo do tempo, ou seja, acréscimos e supressões praticados pelos sujeitos que efetivamente recolocam memórias em circulação no cotidiano, de forma oral, mantendo-as vivas, mesmo que mutiladas ou transformadas em quimeras.

Por outro lado, no caso das praças, a memória foi registrada não como uma consequência fortuita e tardia, como vimos no caso anterior, mas como condição inicial de sua manifestação. Nosso acesso às memórias dos cronistas se deu, precisamente, através dos registros que eles haviam deixado nos jornais onde escreveram e nos livros que publicaram. Enquanto a memória oral precisa ter continuidade permanente de transmissão para permanecer socialmente atuante, a memória escrita pode desaparecer totalmente do mundo social, ressurgindo de seu sono se os registros forem localizados e recolocados em circulação social. Desse modo, o esquecimento da memória escrita tem o potencial de ser revertida a qualquer momento, desde que os registros materiais ainda existam e possam ser localizados. Nesse sentido, escreveu Nora sobre as permanentes mutações da memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Ainda analisando as duas atividades sob a chave comparativa, podemos ver como as experiências pesquisadas têm abrangências diversas. No caso do jardim, tratava-se da memória de um lugar que tem uma forte ligação com uma comunidade específica dentro da cidade de Porto Alegre: a “comunidade

fabicana”, ou seja, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se relacionam com a FABICO. Já no outro caso, os lugares de memória são praças do centro da cidade que têm uma relação muito mais abrangente com a população de Porto Alegre.

As praças são marcos públicos, cartões-postais, símbolos que representam a urbanidade porto-alegrense e dizem — ou, pelo menos, querem dizer — respeito a todos aqueles que habitam a cidade. Neste sentido, as praças seriam lugares de memória da sociedade porto-alegrense, enquanto que a FABICO seria um lugar de memória da comunidade fabicana. Ou seja, elas se distinguem porque a primeira reflete uma história socialmente compartilhada pelos registros escritos, enquanto a segunda emerge de relatos orais dos sujeitos inseridos em relações sociais localmente tecidas.

Compreendemos que ambas as atividades exploram as memórias coletivas dos grupos sociais envolvidos nas dinâmicas desses lugares. Como lembra Halbwachs (1990, p. 41), “[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo.” Tanto as praças como o jardim, por se constituírem em espaços de sociabilidade, seja da cidade inteira ou de um lugar específico (a faculdade), são lugares investidos de memória. Essa memória, entretanto, não está simplesmente no lugar, mas nas representações coletivas construídas quando da vivência nele, pois são as pessoas que por esses espaços transitam as protagonistas e maiores testemunhas das memórias ali tecidas. Isso porque o lugar não é “guardião” de memórias, mas evocador delas, pois, como nos lembra Arantes (2009), instituímos o patrimônio cultural através de um complexo processo de atribuição de valor que ocorre na esfera pública.

Assim, mais do que a materialidade, importam os usos sociais do patrimônio e sua inserção no cotidiano dos cidadãos. Conforme Candau (2005), as memórias compartilhadas se manifestam de diversas maneiras: há a memória nacional, instituída enquanto tal; a memória familiar, tecida na família, que é o nosso primeiro grupo de socialização; a memória profissional, constituída no ambiente de trabalho; dentre outras. Para o autor, elas têm em comum o fato de pressupor que os indivíduos, um grupo inteiro ou o conjunto de uma sociedade, partilham recordações acerca de um passado comum. Entretanto, essas memórias jamais são passíveis de reconstrução em sua integralidade, pois são sempre moldadas por lembranças e esquecimentos, sejam propositais ou não. Assim, ambos os casos em estudo dizem respeito a memórias compartilhadas, mas que não representam a totalidade das memórias dos sujeitos que transitam ou transitaram por esses lugares.

A memória, no trabalho desenvolvido junto ao jardim da FABICO, é uma amplificação das memórias individuais da narradora, assim como as narrativas sobre as praças, redigidas pelos escritores, são fruto de suas experiências particulares com esses lugares. Candau (2005), problematizando os pressupostos de Halbwachs (1990), afirma que, muitas vezes, o que convenciamos chamar de memória coletiva é, na verdade, uma memória individual compartilhada e tomada como sua pelo restante do grupo social. Recordando as contribuições teóricas de Moses Finley, o autor afirma que “[...] a memória coletiva, afinal de contas, não é mais do que a transmissão, por um grande número de indivíduos, das recordações de um só homem ou de alguns homens, repetidas várias vezes.” (p. 93). Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos em torno das praças e do jardim da Faculdade compilam e disseminam as memórias de sujeitos específicos, escolhidos para terem o poder de moldar a memória coletiva, de acordo com suas visões, interesses e intenções.

A professora entrevistada, por exemplo, desempenhou o papel de narradora das memórias coletivas da Faculdade, depositando-se nela e em sua memória individual a confiança e a credibilidade dadas a um “portador de memória”, sendo que:

[...] um ‘portador de memória’ pode ver-se dotado de prestígio pelo grupo quando aquilo de que ele se recorda é valorizado (ele é então aquele que sabe) ou, pelo contrário, ser estigmatizado quando a imagem do passado que ele fornece é rejeitada pela sociedade no seu todo (ele é então aquele de quem ninguém quer saber) (CANDAUI, 2005, p. 97).

Em ambas as experiências, podemos também focar a análise nas percepções sensíveis dos lugares, fortemente amparadas no afeto. Mesquita e Silva (2004) afirmam que, quando há no imaginário simbólico do sujeito a percepção da importância das representações das materialidades do seu entorno, o espaço pode se tornar o “seu lugar mais querido”. Com isso, foi possível perceber que a experiência realizada nas dependências da FABICO teve o envolvimento dos sujeitos de forma sensível, no momento em que se decidiu por nomear as materialidades (as árvores), não por seu nome científico e sim por representação de pessoas que fizeram a diferença na instituição e que se envolveram com o plantio do jardim. Assim, o projeto atuou para lembrar a história do lugar e também das pessoas que dela fizeram parte, evidenciando o poder que a memória sensível tem ao relacionar intimamente os sujeitos, as materialidades e o espaço que ambos compartilham.

Já na experiência realizada junto às praças do centro da cidade, foi possível identificar a relação indissociável entre o habitar e o ser humano, sobre a qual Pesavento (2007) discorre para apresentar as relações sociais que acontecem na urbe. As cidades sofrem constantes mudanças através dos tempos e foi possível acompanhar estas mudanças, quando a mesma cidade e espaço foram percebidos sob a ótica de cronista dos séculos XIX e XX e revisitados por um grupo de sujeitos com uma variedade de percepções e vivências nos tempos atuais.

Essas mudanças, nos casos em análise, só puderam ser percebidas e registradas devido ao papel desenvolvido pela informação: quando o conhecimento da narradora acerca do jardim foi registrado, através do projeto, ele tornou-se acessível a uma quantidade muito maior de pessoas, que agora conhecem um pouco da história do lugar a cada vez que passam pelo *banner* afixado em frente à Faculdade. Da mesma forma, os documentos elaborados durante a atividade junto às praças passam a compor um novo formato de registro das crônicas escritas nos séculos XIX e XX, algumas vezes de difícil acesso à população. A informação sobre a cidade, suas memórias e seus patrimônios é fundamental para compreendermos nossas relações com o lugar. Isso porque o estudo da informação tem nas práticas e na circulação social dos documentos um caminho promissor para a fundamentação de seu discurso epistemológico (MARTELETO; SALDANHA, 2016), contexto no qual se destacam os usos sociais da informação, seus efeitos e significados.

As duas experiências tiveram o objetivo de divulgar essas memórias, onde os sujeitos transeuntes foram convidados a tomar conhecimento sobre narrativas do cotidiano a partir do olhar de outros sujeitos. Nessas narrativas, podemos observar a construção de intenções simbólicas direcionadas aos espaços públicos e espaços institucionais que compõem a cidade.

## Considerações finais

Este estudo apresentou duas experiências de investigação das memórias da cidade de Porto Alegre, uma concernente ao jardim de uma faculdade e a outra às praças localizadas na região central da cidade. São dois contextos diferentes: o primeiro é referente apenas à comunidade acadêmica da FABICO; o segundo remete a uma memória mais ampla, envolvendo um número maior de porto-alegrenses. Em ambos os casos, a informação foi utilizada para revigorar tais memórias, compartilhando-as com sujeitos que, de outra forma, talvez não tivessem conhecimento acerca da história desses lugares.

A partir da descrição do método usado para desenvolver as experiências, foi possível realizar uma análise transversal, onde refletimos sobre suas diferenças e semelhanças e sua relação com a memória e o patrimônio da cidade. É importante salientar que esta reflexão acontece sob a perspectiva do lugar de fala dos autores, que estão considerando o lugar de fala dos narradores das memórias, evidenciando que as histórias são suscetíveis à subjetividade de dois narradores diferentes.

Pudemos também perceber a relativa fluidez que há entre as modalidades oral e escrita da memória. No jardim fabicano, realizamos o registro de uma memória que antes só existia na modalidade oral. Por outro lado, quando pesquisamos as praças, partimos de registros escritos e que foram oralizados durante a apresentação de cada uma das praças durante o trajeto do evento. Sendo assim, através de nosso estudo, a memória oral associada ao jardim passou por um processo de estabilização em suporte material, enquanto que as memórias dos cronistas foram oralmente recolocadas em circulação nos próprios lugares de memória aos quais elas faziam referências, sendo necessariamente reinterpretadas pelos novos sujeitos em um contexto histórico diverso daquele no qual elas foram produzidas.

## Referências

- ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 11-24.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993.
- CAMINHADA literária: trabalho final de comunicação em museus 2019/2. 2019. 28 f. **Trabalho final** (Disciplina Comunicação em Museus) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- CANAU, J. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- DODEBEI, V. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. In: MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 59-78.
- ECKERT, C. O que não esquecemos? tudo aquilo que temos razões para recomeçar. In: POSSAMAI, Z. R.; ORTIZ, V. (Org.). **Cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. p. 77-87.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, 2008.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Míriam Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 101-115.
- MARTELETO, R. M. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 13-26.
- MARTELETO, R. M.; SALDANHA, G. Informação: qual estatuto epistemológico? In: MORIGI, Valdir José; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 69-90.
- MESQUITA, Z.; SILVA, V. P. da. Lugar e imagem: desvelando significados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 116-138, jul./dez. 2004.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 7, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.
- PESAVENTO, S. J. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. [S.l.], 4 fev. 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em: 8 fev. 2020.
- SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

Submetido em: 08.04.2021

Aceito em: 29.11. 2021